



Prefeitura Municipal de Cantagalo

Estado do Paraná



LEI N.º 481/2002

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CANTAGALO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2.003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Cantagalo, Estado do Paraná, aprovando, eu, Prefeito Municipal, sancionarei a seguinte

LEI:

Art. 1º- Esta Lei estabelece as Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Programa do Município de Cantagalo, relativo ao Exercício Financeiro de 2003.

Art. 2º- A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes da Lei Complementar 101 de 04/05/2000 tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita:

I - fornecida pelos órgãos competentes quanto as transferências legais da União e do Estado;

II - projetada, no concernente a tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a ser realizadas considerando-se os efeitos de alterações na legislação, variação do índice de preços, crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas do demonstrativo de evolução nos últimos três anos e da projeção para os dois seguintes e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º - Não será admitida reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, salvo erro ou omissão de ordem técnica e legal.

§ 2º - As operações de crédito previstas não poderão superar o valor das despesas de capital constantes da Proposta Orçamentária.



Prefeitura Municipal de Cantagalo

Estado do Paraná



Art. 3º - O montante das despesas fixadas acrescido da reserva de contingência não será superior ao das receitas estimadas.

Art. 4º- A reserva de contingência não será inferior a 1% (um por cento) do total da receita corrente líquida prevista e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 5º - A manutenção de atividades incluídas dentro da competência do Município, já existentes no seu território, bem como a conservação e recuperação de equipamentos e obras já existentes terão prioridade sobre ações de expansão e novas obras.

Art. 6º- A conclusão de projetos em fase de execução pelo Município, terão preferência sobre novos projetos.

Art. 7º - Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 8º Na fixação da despesa deverão ser observados os seguintes limites, mínimos e máximos:

I – as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluídas as transferências oriundas de impostos consoante o disposto no artigo 212 da Constituição Federal;

II – as despesas com saúde não serão inferiores ao percentual definido na Emenda Constitucional nº 29;

III - as com pessoal do Poder Executivo Municipal incluindo a remuneração de agentes políticos, inativos e pensionistas e os encargos patronais não poderão exceder a 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável nos termos do artigo 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

IV - as despesas com pessoal do Legislativo Municipal inclusive a remuneração dos agentes políticos, encargos patronais e proventos de inatividade e pensões não será superior a 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável nos termos do art. 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000 ou da Emenda Constitucional nº 25;

V - o Orçamento do Legislativo Municipal deverá ser elaborado considerando-se as limitações da Emenda Constitucional nº 25.



Prefeitura Municipal de Cantagalo

Estado do Paraná



VI - as despesas com serviços de terceiros no exercício de 2003 não poderão exceder, em percentual, em relação às receitas correntes líquidas, ao percentual efetivamente aplicado em idêntica relação, no exercício de 1999.

VII - Os recursos destinados a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, não poderão ser inferiores a 5,8 % (cinco vírgula oito por cento) da fixação da Despesa do Município. (Emenda Legislativa 17/2002)

Art. 9º - Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente serão programados para a realização de despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e outras despesas de custeio administrativo e operacional.

Art. 10º - Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei, a Lei Orçamentária e os seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se estiverem adequadamente contemplados os projetos em andamento, salvo se existentes recursos especificamente assegurados para a execução daqueles.

§1º - O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal, até a data de envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório dos projetos em andamento.

§2º - Serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 31 de março de 2002, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado, conforme indicado no relatório do parágrafo anterior.

Art. 11 - As despesas com ações de expansão corresponderão às prioridades específicas indicadas no Anexo I, integrante desta Lei e à disponibilidade de recursos, as quais encontram-se ordenadas por órgãos de governo.

Art. 12 - Na Lei Orçamentária a discriminação das despesas será efetuada por órgão e unidade orçamentária de acordo com a classificação funcional programática desdobrada por categorias econômicas e elementos de despesa, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária incluirá os seguintes demonstrativos:

I - da receita, que obedecerá o disposto no artigo 2º, parágrafo 1º da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64, com alterações posteriores;

II - da natureza da despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;



Prefeitura Municipal de Cantagalo

Estado do Paraná



III - do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias, demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;

IV - outros anexos previstos em Lei, relativos a consolidação dos já mencionados anteriormente;

Art. 13 - As emendas apresentadas pelo Legislativo que proponham alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, bem como dos Projetos de Lei relativos a Créditos Adicionais a que se refere o artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentadas na forma e no nível de detalhamento estabelecidos para a elaboração da Lei Orçamentária.

Art. 14 - São nulas as emendas apresentadas à Proposta Orçamentária:

I - que não sejam compatíveis com esta Lei;

II - que não indiquem os recursos necessários em valor equivalente à despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas aquelas relativas às dotações de pessoal e seus encargos e ao serviço da dívida;

Art. 15 - Poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões ou relacionadas a dispositivos do texto do Projeto de Lei.

Art. 16 - A existência da meta ou prioridade constante no Anexo I desta Lei, não implica na obrigatoriedade da inclusão da sua programação na Proposta Orçamentária.

Art. 17 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de "subvenções sociais", ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social; ou

II - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo Único - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento



Prefeitura Municipal de Cantagalo

Estado do Paraná



regular nos últimos três anos, emitida no exercício de 2003 por duas autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 18 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de "auxílios" para entidades privadas, ressalvadas, as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – voltadas para ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, desde que registradas no Conselho Nacional de Assistência Social;

II – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas municipais do ensino fundamental;

III – consórcios intermunicipais de saúde, legalmente instituídos e constituídos exclusivamente por entes públicos;

IV – Associações Comunitárias de Moradores, devidamente constituídas e registradas no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca, no concenente a auxílios destinados a execução de obras e aquisição de equipamentos de interesse comunitario..

Art. 19 – A concessão de auxílios para pessoas físicas obedecerão preferencialmente os critérios estabelecidos pelos programas sociais que originam os recursos a ser aplicados, e no caso de recursos próprios do Município, será precedida da realização de prévio levantamento cadastral objetivando a caracterização e comprovação do estado de necessidade dos beneficiados.

Parágrafo Único – Serão consideradas como carentes, pessoas cuja renda familiar, não ultrapasse 02 (dois) salários mínimos.

Art 20 – A proposta orçamentaria do Poder Legislativo Municipal para o exercício de 2003 deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, para fins de incorporação a proposta geral do Município ate a data de 31 de agosto de 2002.

§ 1º - Os recursos correspondentes as dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo ser-lhe-ão repassados pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês.

§ 2º - Até o dia 10 do mês subseqente o Legislativo Municipal deverá encaminhar ao Executivo Municipal, para fins de incorporação a contabilidade geral do Município, o balancete financeiro mensal e os demonstrativos analíticos das despesas realizadas.



Prefeitura Municipal de Cantagalo

Estado do Paraná



Art. 21 - A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2003 será encaminhada para apreciação do Legislativo até dia 30 de Setembro de 2002.

Art 22 - Se o Projeto de Lei do Orçamento de 2003 não for sancionado pelo Executivo até o dia 31 de dezembro de 2002 a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva Lei não for sancionada, até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação na forma do estabelecido na proposta remetida à Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

Art. 23 - A execução orçamentária será efetuada mediante o princípio da responsabilidade da gestão fiscal através de ações planejadas e transparentes que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívida consolidada, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita e inscrição em restos a pagar, normas estas constantes da Lei Complementar 101, de 2000.

Art. 24 - Se no final de cada bimestre for verificado a ocorrência de desequilíbrio entre a receita e a despesa que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na Legislação vigente e nesta Lei, dando-se assim, o equilíbrio entre receitas e despesas para fins da alínea a, I, 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 25 - Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

- I - a obrigações constitucionais e legais do Município;
- II - ao pagamento do serviço da dívida pública fundada inclusive parcelamentos de débitos;
- III - despesas fixas com pessoal e encargos sociais enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal constante do artigo 20 da Lei Complementar 101, de 2000;



Prefeitura Municipal de Cantagalo

Estado do Paraná



IV - despesas vinculadas a uma determinada fonte de recurso, cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso esteja sendo normalmente executado.

Art. 26 - Ocorrendo a superação do patamar de 95% (noventa e cinco por cento) do limite aplicável ao Município para as despesas com pessoal são aplicáveis aos Poderes Executivo e Legislativo as vedações constantes do Parágrafo Único, Inciso I a V do Artigo 22 da Lei Complementar 101, de 2000.

Parágrafo Único - No exercício financeiro de 2003, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa com pessoal houver extrapolado seu limite legal de comprometimento, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição Federal, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 27 - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo Único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos a execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

Art 28 - A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar 101, de 2000.

Art. 29 - Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados, na seguinte ordem:

I - novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;



Prefeitura Municipal de Cantagalo

Estado do Paraná



II - investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;

III - despesas de manutenção de atividades não essenciais desenvolvidas com recursos ordinários;

IV - outras despesas a critério do Executivo Municipal até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art 30 - Os custos unitários de obras executadas com recursos do orçamento do Município, relativas à construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico – CUB, por m², divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção do Paraná.(Emenda Legislativa 11/2002).

Art 31 – Serão considerados, para efeitos do artigo 16 da Lei Complementar 101/2000, na elaboração das estimativas de impacto orçamentário-financeiro quando da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarretem aumento de despesa, os seguintes critérios:

I – as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal;

II – entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal 8.666, de 1993.

Art 32 – Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I – considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênera;

II – no caso despesas relativas a prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.



Prefeitura Municipal de Cantagalo

Estado do Paraná



Art 33 – Os Poderes deverão elaborar e publicar em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo Único - No caso do Poder Executivo Municipal, o ato referido no caput conterà, ainda, metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita.

Art 34 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da Constituição Federal, a incluir na Lei Orçamentária autorização para:

I - Suprimido (Emenda Legislativa 009/2002)

II – realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação vigente;

III – abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) do total geral de cada orçamento, nos termos da legislação vigente (Emenda Legislativa 15/2002).

IV – Suprimido (Emenda Legislativa 13/2002).

Art. 35 – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concercente a segurança pública, transito, incentivo ao emprego, previdencia e assistencia social mediante prévio firmamento de convênio.

Art. 36 - No decorrer do exercício o Executivo fará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre a publicação do relatório a que se refere o § 3º do artigo 165 da Constituição Federal, nos moldes do previsto no artigo 52 da Lei Complementar 101, de 2000, respeitados os padrões estabelecidos no § 4º do artigo 55 da mesma Lei.

Art. 37 - O Relatório de Gestão Fiscal obedecendo os preceitos do artigo 54, § 4º do artigo 55 e da alínea b, inciso II do artigo 63, todos da Lei Complementar 101 serão divulgados em até trinta dias após o encerramento do semestre, enquanto não ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada,



Prefeitura Municipal de Cantagalo

Estado do Paraná



os quais uma vez atingidos, farão com que aquele relatório seja divulgado quadrimestralmente.

Art. 38 - O projeto de lei orçamentária demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2003, em valores correntes, destacando-se pelos menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 39 - O controle de custos da execução do orçamento será efetuado a nível de unidade orçamentária com o desdobramento nos projetos e atividades cuja execução esteja a ela subordinados.

Art. 40 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cantagalo, em 01 de julho de 2002


MATHEUS PAULINO DA ROCHA
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Cantagalo

Estado do Paraná



LEI N.º 481/2002

ANEXO I

01 – CÂMARA MUNICIPAL

- 01.01 – ATIVIDADES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL
- 01.02 – MÓVEIS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PARA A CÂMARA
- 01.03 – AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DO LEGISLATIVO
- 01.04 – CRIAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO.

02 – GOVERNO MUNICIPAL

- 02.01 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO
- 02.02 – ATIVIDADES DA ASSESSORIA JURÍDICA
- 02.03 – PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO OFICIAL
- 02.04 – AÇÕES DA COORDENADORIA DE APOIO TÉCNICO
- 02.05 – ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO

03 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

- 03.01.01 – COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DO DEPTO DE ADMINISTRAÇÃO
- 03.01.02 – ATIVIDADES DO DEPTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
- 03.01.03 – VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PARA ADMINISTRAÇÃO
- 03.01.04 – CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS
- 03.01.05 – APOIO À ENTIDADES MUNICIPALISTAS
- 03.01.06 – MANUTENÇÃO DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR
- 03.01.07 – ATIVIDADES DA UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS
- 03.01.08 – CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE SERVIDORES
- 03.01.09 – ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS
- 03.01.10 – ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO
- 03.01.11 – ATIVIDADES DA UNIDADE DE PATRIMÔNIO
- 03.01.12 – ATIVIDADES DA UNIDADE DE INFORMÁTICA
- 03.01.13 – ATIVAÇÃO CONSELHO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



Prefeitura Municipal de Cantagalo

Estado do Paraná



02 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

- 03.02.01 – ATIVIDADES DA UNIDADE DE RECEITA E FISCALIZAÇÃO
- 03.02.02 – COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DA TESOURARIA
- 03.02.03 – ATIVIDADES DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
- 03.02.04 – ATIVIDADES UNIDADE DE CONTAB. E CONTROLE INTERNO
- 03.02.05 – ATIVIDADES UNIDADE DE COMPRAS

03 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- 03.03.01 - OBRAS DE FOMENTO A PRODUÇÃO INDUSTRIAL
- 03.03.02 - CURSOS, TREINAMEN. E QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR
- 03.03.03 - ATIVIDADES DE APOIO A MICROEMPRESA
- 03.03.04 - INCENTIVOS A ATIVIDADES COMERCIAIS
- 03.03.05 - CONSTRUÇÃO DO GALPÃO DA PRODUÇÃO

04 – SECRETARIA DE ESPORTES E RECREAÇÃO

- 04.01 – COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTES E RECREAÇÃO
- 04.02 – IMÓVEL E OBRAS PRELIMINARES ESTÁDIO MUNICIPAL
- 04.03 – RECUPERAÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES
- 04.04 – PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS
- 04.05 – OBRAS DE INFRAESTRUTURA PARA A PRÁTICA DE ESPORTES
- 04.06 – APOIO A JOGOS E EVENTOS ESPORTIVOS
- 04.07 – ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES
- 04.08 – VEÍCULO PARA O TRANSPORTE DE ESPORTISTAS
- 04.09 – CONSTRUÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL
- 04.10 – REFORMA DA QUADRA DO POVO

05 – SECRETARIA DE VIAÇÃO

- 05.01 – ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE VIAÇÃO
- 05.02 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS
- 05.03 – RECUPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS
- 05.04 – MELHORIAS NAS INSTALAÇÕES DO PARQUE DE MÁQUINAS
- 05.05 – RESTAURAÇÃO E REVESTIMENTO DE ESTRADAS
- 05.06 – PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS
- 05.07 – CONSTRUÇÃO DE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS
- 05.08 – RESTAURAÇÃO DA ESTRADA CANTAGALO À RIO DO COBRE



Prefeitura Municipal de Cantagalo

Estado do Paraná



- 05.09 – CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS EM PONTO DE ÔNIBUS

06 – SECRETARIA DE SAÚDE

- 06.01 – ADMINISTRAÇÃO SECRETARIA DE SAÚDE
- 06.02 – CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS SANITÁRIOS
- 06.03 – TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES
- 06.04 – CONSTRUÇÃO ABATEDOURO MUNICIPAL
- 06.05 – ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA MÉDICA SANITÁRIA
- 06.06 – SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
- 06.07 – EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS SAÚDE PÚBLICA
- 06.08 – FARMÁCIA BÁSICA
- 06.09 – COMPLEMENTAÇÃO NUTRICIONAL
- 06.10 – AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
- 06.11 – ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
- 06.12 – AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DE SAÚDE
- 06.13 – MANUTENÇÃO CAMPANHAS DE COMBATE E PREVENÇÃO
- 06.14 – AÇÕES DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA
- 06.15 – AÇÕES DO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS
- 06.16 – AÇÕES DO PROGRAMA DE ATENÇÃO À GESTANTES

07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

- 07.01 – COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
- 07.02 – AMPLIAÇÃO REDE FÍSICA DE ENSINO FUNDAMENTAL
- 07.03 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
- 07.04 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
- 07.05 – APOIO À ENTIDADES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
- 07.06 – MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO
- 07.07 – APOIO À EXECUÇÃO DO PDDE
- 07.08 – LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA EM ESCOLAS
- 07.09 – DISTRIBUIÇÃO DE KITS ESCOLARES
- 07.10 – VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR
- 07.11 – CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE PROFESSORES
- 07.12 – NUCLEARIZAÇÃO DE ESCOLAS MULTISERIADAS
- 07.13 – APOIO AS AÇÕES DO PROJETO BOLSA ESCOLA
- 07.14 – PROJETO BIBLIOTECA ESCOLAR
- 07.15 – APOIO À IMPLANTAÇÃO DO COLÉGIO AGRÍCOLA REGIONAL
- 07.16 – APOIO À ESTUDANTES CARENTES
- 07.17 – IMPLANTAÇÃO DO PROJETO ESPORTE NA ESCOLA
- 07.18 – AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL



Prefeitura Municipal de Cantagalo

Estado do Paraná



- 07.19 – MANUTENÇÃO DAS CRECHES MUNICIPAIS
- 07.20 – MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ ESCOLAR
- 07.21 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
- 07.22 – MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR
- 07.23 – APOIO AO ENSINO SUPERIOR
- 07.24 – ATIVIDADES DE DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO CULTURAL
- 07.25 – CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL
- 07.26 – AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS ANFITEATRO
- 07.27 – BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL

08 – SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO

- 08.01 – PAVIMENTAÇÃO E RECAPAMENTO DE VIAS URBANAS
- 08.02 – SINALIZAÇÃO DE VIAS URBANAS
- 08.03 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PAVIMENTAÇÃO
- 08.04 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS
- 08.05 – ARBORIZAÇÃO E PAISAGISMO URBANO
- 08.06 – CONSTRUÇÃO DE MUROS E PASSEIOS - PERIFERIA URBANA
- 08.07 – TERMINAIS E ABRIGOS EM PONTO DE ÔNIBUS
- 08.08 – IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DO TRANSPORTE COLETIVO
- 08.09 – MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA COLETA DE LIXO
- 08.10 – AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CEMITÉRIOS
- 08.11 – CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS E ÁREAS DE LAZER
- 08.12 – MELHORAMENTOS TORRE RETRANSMISSORA DE TV
- 08.13 – CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS URBANOS
- 08.14 – AMPLIAÇÃO E MELHORIAS ABASTECIMENTO DE ÁGUA
- 08.15 – SISTEMA DE GALERIAS PLUVIAIS
- 08.16 – ADM DA SEC DE OBRAS E URBANISMO
- 08.17 – MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E PAISAGISMO
- 08.18 – MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
- 08.19 – AMPLIAÇÃO REDE ELETRIFICAÇÃO URBANA E RURAL
- 08.20 – CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS
- 08.21 – SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIOS

09 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL

- 09.01 – ADMINISTRAÇÃO DA SEC. DE ASSIST. E PROMOÇÃO SOCIAL
- 09.02 – ATIVIDADES DE PROMOÇÃO SOCIAL
- 09.03 – APOIO DE ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA AO IDOSO
- 09.04 – APOIO À POPULAÇÃO CARENTE
- 09.05 – APOIO À ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA À DEFICIENTES



Prefeitura Municipal de Cantagalo

Estado do Paraná



- 09.06 – OBRAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
- 09.07 – APOIO À GERAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DE RENDA
- 09.08 – CONSTRUÇÃO DA CASA DE APOIO AO IDOSO
- 09.09 – AÇÕES DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E ADOLESCENTES
- 09.10 – APOIO À MATERNIDADE E INFÂNCIA
- 09.11 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROJETO PIÁ
- 09.12 – EDIFICAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
- 09.13 – APOIO AO PROJETO DA RUA PARA A ESCOLA
- 09.14 – CONSTRUÇÃO DE CENTROS COMUNITÁRIOS
- 09.15 – APOIO A ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS
- 09.16 – OBRAS E PROJETOS COMUNITÁRIOS
- 09.17 – APOIO À DOCUMENTAÇÃO DO CIDADÃO
- 09.18 – APOIO E ASSISTÊNCIA JURÍDICA AO CIDADÃO
- 09.19 – ASSISTÊNCIA SOCIAL F.A.S.
- 09.20 – APOIO À ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
- 09.21 – ATENÇÃO À CRIANÇA – PAC/FAS
- 09.22 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
- 09.23 – APOIO À CRIANÇA E ADOLESCENTE – F.M.D.C.A
- 09.24 – CADASTRAMENTO JUNTO AO CONSELHO NACIONAL DE ASSIST SOCIAL

10 – SECRETARIA DE AGRICULTURA PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

- 10.01 – ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA
- 10.02 – APOIO AO PRODUTOR RURAL
- 10.03 – PATRULHA DE ASSISTÊNCIA MECANIZADA
- 10.04 – ATIVIDADES EM PARCERIA COM A EMATER
- 10.05 – DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES E MATRIZES
- 10.06 – MANUTENÇÃO DO VIVEIRO DE MUDAS
- 10.07 – CALAGEM E CONSERVAÇÃO DE SOLOS
- 10.08 – PROJETO CASA FAMILIAR RURAL
- 10.09 – AMPLIAÇÃO DO ABATEDOURO DE FRANGOS
- 10.10 – INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL
- 10.11 – EQUIPAMENTOS, INSTALAÇÕES PARA RECICLAGEM DE LIXO
- 10.12 – OBRAS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL
- 10.13 – ATIVIDADES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
- 10.14 – CONSTRUÇÃO DE ABASTECEDOUROS COMUNITÁRIOS
- 10.15 – REFLORESTAMENTO DE MATAS CILIARES
- 10.16 – APOIO A DIVERSIFICAÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE



Prefeitura Municipal de Cantagalo

Estado do Paraná



11 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

- 11.01 – AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA
- 11.02 – PRECATÓRIOS JURÍDICOS
- 11.03 – CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP
- 11.04 – DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
- 11.05 – ENCARGOS TRABALHISTAS DO MUNICÍPIO

90 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

- 90.01 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA 1%-RCL


MATHEUS PAULINO DA ROCHA
Prefeito Municipal